

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

MARIA LUIZA PERRONI DA SILVA

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NAS ESCOLAS
PÚBLICAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.415/2017 EM UMA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL

SÃO PAULO
2019

MARIA LUIZA PERRONI DA SILVA

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NAS ESCOLAS
PÚBLICAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.415/2017 EM UMA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao
Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de bacharel em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientador: Profº Dr. Eduardo Donizeti Giroto

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586r Silva, Maria Luiza Perroni
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE GEOGRAFIA
NAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO
DA LEI Nº 13.415/2017 EM UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL
/ Maria Luiza Perroni Silva ; orientador Eduardo
Donizeti Giroto. - São Paulo, 2019.
54 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. . I. Giroto, Eduardo Donizeti , orient. II.
Título.

SILVA, Maria Perroni da. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.415/2017 EM UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha mãe, que tem sido o sol da minha vida,
aquecendo e iluminando o meu caminho, mesmo
nos nossos dias mais sombrios.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas estiveram presente em minha vida para que eu conseguisse chegar até aqui. Agradeço, primeiramente, a minha família que são as raízes que me sustentam. À minha mãe, Rosemar da Silva Perroni Flauzino, que me ensinou a ser firme para não tombar com as durezas do mundo. Ao meu pai, José Roberto Gonçalves Flauzino, uma das pessoas que mais acreditou em mim e nos meus estudos. Essa conquista é nossa!

Gostaria de agradecer imensamente aos meus amigos, verdadeiros e fiéis, que estiveram me amparando durante todos esses anos. Vocês foram meu respiro nos dias mais sufocantes. Eu sou porque vocês são!

Um agradecimento especial ao Professor Miguel Del Barco, pois este TGI só foi possível com seu apoio e auxílio.

Este trabalho representa a conquista de algo que nunca achei que seria capaz. Muita coisa aconteceu nesses seis anos de graduação. Eu cresci muito e nunca só. Encerro esta etapa da minha vida imensamente grata por cada conversa, cada trabalho de campo, cada grupo de estudo e cada sonho construído em conjunto.

Obrigada Deus e os meus guias espirituais, sei que nunca foi sorte mas muita benção e proteção. Do fundo de Carapicuíba eu cumpri a promessa e fiz o jogo virar!

Era um nada, hoje eu guardo um infinito.
(Emicida, 2019)

RESUMO

SILVA, Maria Perroni da. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.415/2017 EM UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL. Trabalho de Graduação Individual. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

Esse estudo visa compreender as alterações no Ensino Médio, nas escolas técnicas estaduais a partir da aplicação da Lei nº 13.415/2017 e analisar qual o impacto dessa reforma no ensino de Geografia. Realizamos este trabalho através de um estudo de caso, buscando traçar relação entre as alterações na educação básica e as necessidades do mercado de trabalho regidas pela política econômica neoliberal.

Palavras- Chaves: Reforma do Ensino Médio; Ensino de Geografia; Escola Técnica.

ABSTRACT

SILVA, Maria Perroni da. HIGH SCHOOL REFORM AND THE GEOGRAPHY TEACHING IN PUBLIC SCHOOLS: A DISCUSSION ABOUT THE APPLICATION OF THE LAW 13.415/2017 IN A STATE TECHNICAL SCHOOL. Individual Undergraduate Work. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

This study aims to understand the changes in High School, in state technical schools, from the application of Law 13.415/2017 and analyze the impact of this reform on geography teaching. We carry out this work through a case study, seeking to draw a relationship between the changes in basic education and the needs of the labor market, governed by neoliberal economic policy.

Palavras- Chaves: High School Reform; Geography Teaching; Technical School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Pág. 10
Capítulo 1. O ciclo vicioso das reformas educacionais no Brasil.....	Pág. 12
Capítulo 2. “Quando eu reduzo a formação básica comum à metade do currículo, eu estou destruindo a ideia de Ensino Médio como educação básica”: A Lei nº 13.415/2017 e as modificações na LDB.....	Pág. 19
Capítulo 3. Como o Estado de São Paulo tem pensado a reforma do Ensino Médio?.....	Pág. 26
3.1. Breve histórico do ensino técnico no Brasil.....	Pág. 26
3.2. O M-TEC e o NovoTec: O jovem empreendedor de sua aprendizagem.....	Pág. 31
3.3. Análise das entrevistas: As contradições do M-TEC e NovoTec.....	Pág. 37
Capítulo 4. Considerações Finais: do direito à Geografia.....	Pág. 42
Referências Bibliográficas	Pág. 46
Anexos	Pág. 48

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho Individual de Graduação tem por finalidade apresentar a nova reforma do Ensino Médio e suas alterações no que concerne ao currículo de Geografia na Educação Básica, buscando compreender este processo através de um estudo de caso em uma Escola Técnica Estadual (ETEC), localizada no município de Osasco, região metropolitana de São Paulo.

Para atingirmos o objetivo proposto debruçamo-nos, inicialmente, a compreender o histórico das reformas educacionais no país tentando desvendar quais os fatores políticos e econômicos que as produziram e que ainda continuam a nortear os rumos da Educação Básica no Brasil. Analisando a Lei nº 13.415/2017, que estabelece a Reforma do Ensino Médio, no interior de uma crise política e econômica que se arrasta no país, buscamos responder às seguintes questões: 1. Qual o diálogo que se pretende traçar com os estudantes do Ensino Médio a partir das alterações previstas pela reforma? 2. Quais são as demandas do século XXI e do setor produtivo a ponto de se fazer necessário diminuir a carga horária de disciplinas obrigatórias das ciências humanas, tais como a Geografia? 3. Qual o impacto dessas mudanças na educação de milhares de jovens formados pela escola pública e, mais precisamente, formados por uma educação tecnicista tal como o projeto das Etecs? 4. Como a reforma do Ensino Médio pode ser compreendida como mais um momento de avanço nos processos de precarização do trabalho, nos termos apontados por Antunes (2018)? 5. É possível pensar a reforma do Ensino Médio como processo de formação do sujeito neoliberal, nos termos propostos por Dardot & Laval (2016)? 6. Como a Geografia, enquanto disciplina escolar, pode contribuir na leitura da reforma e na formação dos sujeitos sociais para além da lógica da precariedade e da subjetividade neoliberal? É na tentativa de responder à estas inquietações que esta pesquisa se fundamenta.

Para o desenvolvimento do estudo de caso, realizamos observações na ETEC em questão, além de entrevistas com estudantes e docentes com o intuito de compreender a percepção dos diferentes sujeitos sobre as implicações da reforma do Ensino Médio no cotidiano escolar.

O presente trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: na primeira parte, realizamos uma breve histórico das reformas educacionais no Brasil. Após isso,

discutimos o contexto da atual reforma do Ensino Médio, buscando construir relações com os debates trazidos por Antunes (2018) sobre o avanço da precarização do trabalho e Dardot & Laval (2016) sobre a formação do sujeito neoliberal. Na terceira parte, apresentamos os resultados do estudo de caso desenvolvido, discutindo como a reforma do Ensino Médio é percebida e enfrentada pelos sujeitos da educação em uma unidade escolar específica. Por fim, discutimos nas considerações finais a importância de defender o ensino de Geografia dentro desse contexto de rupturas e corte de direitos, manifestando a relevância desta ciência e de seu ensino na educação de base para a formação de jovens conscientes e cidadãos ativos.

1. O ciclo vicioso das reformas educacionais no Brasil

Nos últimos anos, especialmente após 2016 com a deflagração do golpe constitucional sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff, reformas na constituição em diversos âmbitos têm sido aprovadas em uma velocidade surpreendente. Acompanhamos a aprovação da reforma trabalhista, a reforma previdenciária, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/55, conhecida como PEC do fim do mundo, a reforma do Ensino Médio, e vivemos ainda sob a ameaça da destruição do ensino superior público com o projeto *Future-se*, destinado às Universidades Federais. As recentes reformas são, em tese, justificadas para estancar uma grande crise econômica que se arrasta pelo país. Justifica-se a necessidade de cortar os gastos públicos para fazer o Brasil voltar a crescer, direitos históricos da população tem sido sistematicamente “rifados” e o sonho do “Brasil, um país para todos” nunca pareceu tão distante. Na prática, tais medidas representam um projeto político de sociedade que visa submeter ainda mais o país à economia internacional ditada pelos países desenvolvidos.

Sobre o tema, encontramos no trabalho de Motta e Frigotto (2017) luz às reflexões que desejávamos traçar. De modo geral os autores abordam em suas análises um padrão nas políticas educacionais que ocorrem de modo cíclico. Segundo eles, a atual reforma do Ensino Médio, ou contra-reforma como o próprio autor denomina, remonta os períodos anteriores à ditadura da Era Vargas na difusão de um ensino tecnicista que visa a produção de uma mão-de-obra barata para o mercado de trabalho. Para os autores, as reformas de Capanema de Vargas, da década de 1970 do período militar, dos anos 1990 com o Governo de FHC e, finalmente, a atual reforma aprovada em projeto de lei em 2017, estão atreladas a um modelo de sociedade que atende aos interesses do capital internacional que, em uma economia globalizada, faz com que os países periféricos arquem com os custos das crises cíclicas de reprodução do modo de produção capitalista. Partindo do materialismo histórico-dialético, os autores expõem como as históricas rupturas democráticas no Brasil produziram reformas educacionais caracterizadas por perdas de direitos da classe trabalhadora.

É uma constante nas ditaduras e golpes efetivarem reformas na educação. Assim, foi na ditadura Vargas, na ditadura empresarial-militar de 1964, no golpe neoliberal na década de 1990 à Constituição Federal e, agora, no golpe parlamentar, midiático, jurídico e policial. A reforma do ensino médio e congelamento dos investimentos nas instituições públicas de Ensino Superior são a concretização material do que interessa à PEC 55 e vai ao encontro das ideologias do Escola “sem” partido e do Todos pela educação. (MOTTA e FRIGOTTO, 2017, p. 367)

Como nos demonstra a história, as reformas na educação estão diretamente vinculadas às crises cíclicas do modo de produção capitalista e a necessidade de, por meio da propagação de uma ideologia de Estado, construir, nos espaços das salas de aula uma determinada leitura da realidade a ser ensinada aos estudantes. Parece-nos claro que tais medidas, nas suas diferentes áreas de aplicação, foram pensadas também devido à grande movimentação política e social que ocorreu nos últimos tempos, especialmente por parte dos sujeitos da escola pública. A ocupação das escolas em 2016, realizada pelos estudantes secundaristas com uma grande participação dos estudantes das ETECs, iniciou-se em São Paulo mas em pouco tempo se alastrou pelo país chegando ao número de quase 1000 escolas ocupadas em todo o território brasileiro¹. Os estudantes, especialmente do Ensino Médio, iniciaram seus protestos contra a reorganização escolar no Estado de São Paulo, que previa o fechamento em massa de inúmeras escolas, mas, posteriormente, as pautas contra a PEC 241/55² e a reforma do ensino médio foram incluídas pelo movimento estudantil. Diante desse cenário político agitado, com estudantes questionando os retrocessos na educação, foi preciso pensar nos meios possíveis para reprimir a insatisfação popular. Não à toa que, de todas as medidas aprovadas ou em processo de votação, três delas atingiam diretamente os professores e alunos da rede pública.

Mas afinal, qual resultado esperam com a aplicação da reforma do Ensino Médio? Para Motta e Frigotto (2017) a reforma está diretamente ligada ao papel que o Brasil desempenha na Divisão Internacional do Trabalho, na continuidade de submissão aos países hegemônicos, oferecendo uma educação de baixo custo e formação de mão de

¹ <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/politica/1477327658_698523.html> . Acessado em: 18/08/2019

² Proposta de emenda constitucional, aprovada em 2016, que congelou os gastos nas áreas da saúde e da educação durante 20 anos.

obra barata, em resposta ao acirramento da crise entre capital e trabalho. No atual ciclo de globalização neoliberal, as políticas educacionais são pensadas para aumentar a competitividade no mercado internacional e para gerar empregabilidade, não significando necessariamente uma geração de empregos de qualidade, visto que a atual reforma passa a considerar somente obrigatório o ensino de Português e Matemática, ficando as demais áreas de conhecimento a cargo das condições de cada escola ofertar ao seus alunos, como eixos itinerantes. Assim, temos uma relação entre política econômica e política educacional:

No ciclo da globalização neoliberal, a política econômica está focada nas vantagens comparativas dos países como forma de potencializar a competitividade na nova divisão internacional do trabalho. No Brasil, as vantagens comparativas são: os fartos recursos naturais que possibilitam o mercado de exportação de matérias-primas; e o setor de serviços, que é favorecido, ainda, pelo baixo valor da mercadoria força de trabalho. Com isso, na nova divisão internacional do trabalho, a base econômica brasileira manteve-se na produção e exportação de commodities minerais, agrícolas e alguns produtos manufaturados; e o baixo valor da mercadoria força de trabalho atraiu muitas indústrias estrangeiras para produzirem determinados segmentos do processo produtivo, como as montadoras de automóveis e motocicletas. (MOTTA e FRIGOTTO, 2017, p. 358)

Para que se tenha um baixo valor agregado à força de trabalho, é necessário que o investimento para formar estes trabalhadores seja igualmente baixo. A educação brasileira já passou por modificações que visavam baratear seus custos e formar mão de obra para o mercado de trabalho, através de cursos técnicos, como nos afirma Pinto (2007). O autor, ao discorrer sobre as reformas do Ensino Médio implementadas no governo ditatorial de Médici, fala sobre uma “profissionalização compulsória”.

...todas as escolas de segundo grau deveriam assegurar uma qualificação profissional, fosse de nível técnico (quatro anos de duração), fosse de auxiliar técnico (três anos de duração). Tudo indica que o objetivo por trás deste novo desenho do ensino médio, dando-lhe um caráter de terminalidade dos estudos, foi o de reduzir a demanda para o ensino superior e tentar aplacar o ímpeto das manifestações estudantis que exigiam mais vagas nas universidades públicas. (PINTO, 2017, p. 55)

Assim, tal como já realizado anteriormente, a atual reforma do Ensino Médio segue a cartilha do modelo neoliberal tendo, como uma de suas expressões, a profissionalização compulsória, barata e precarizada, função que a classe trabalhadora brasileira deve ocupar na lógica da economia internacional. É por esta razão que as reformas educacionais no país parecem repetir ciclos econômicos vinculados à uma crise econômica internacional. Por que a discussão sobre o ensino puramente técnico na educação de base volta frequentemente a nos assombrar? Por que temos dificuldade em avançar no que se refere à uma educação crítica, comprometida com a formação de sujeitos ativos e conscientes do seu papel na construção de uma sociedade igualitária e não meramente competitiva, como se verifica na escola tradicional? Limitamo-nos a repetir políticas educacionais falhas que no fim produzem um Brasil cada vez mais desigual e com grande discrepância de acesso à informação.

Embora a atual reforma se assemelhe em muitos pontos com as antigas aprovadas outrora, seria um erro considerar que estamos diante dos mesmos processos de precarização vistos nas décadas anteriores. Apesar das crises cíclicas, o capital carrega consigo a incrível capacidade de se reinventar constantemente, seja em seu modo produtivo stricto sensu, seja em sua ideologia propagada. Compreendendo isto, os autores Dardot e Laval (2016) discutem a formação do sujeito neoliberal na contemporaneidade, como fruto destes novos processos. Como o mundo do trabalho se alterou tão significativamente e de forma tão rápida? A resposta, segundo a concepção dos autores, encontra-se na modificação das funções do Estado diante da economia mundial pós década de 1990. O intervencionismo estatal e o seu papel de mantenedor de direitos sociais e trabalhistas, emergido com a política do keynesianismo, começa a perder força frente ao discurso neoliberal, propagado por Margaret Thatcher e Ronald Reagan. O neoliberalismo surge para fortalecer o modo de produção capitalista, prevendo as privatizações em massa e a abertura dos mercados, essencial para a expansão da economia globalizada. Para tanto, o Estado necessitou passar por modificações em suas responsabilidades: na medida em que recuava de sua função de interventor econômico, cedia espaço para a iniciativa privada, que agora iria gerir e organizar a produção segundo a lei da livre concorrência. No Brasil, por exemplo, vimos a política neoliberal ser aplicada através do Consenso de Washington - cartilha que recomendava a abertura econômica do país para as transnacionais e o fim da nossa industrialização protegida.

Assim, a consolidação dos direitos trabalhistas e políticas sociais concedidos pelo Estado também irão passar por significativas mudanças.

Este é o pano de fundo das mudanças que se observa na contemporaneidade. O neoliberalismo cria a racionalidade neoliberal (DARDOT E LAVAL, 2016), que será absorvida não somente pelo Estado mas, inclusive, pelos próprios indivíduos. Tem-se agora a ideia do sujeito enquanto “empresa” em uma contínua concorrência com outras “empresas”, que no fundo são indivíduos competindo por estabilidade no mercado de trabalho. Segundo os autores, encontramos-nos em um momento histórico no qual além da força de trabalho extraída, extrai-se também as subjetividades dos sujeitos. O sujeito neoliberal, ou *neosujeito*, aparece como uma nova condição do homem, sendo caracterizado como “hipermoderno”, “impreciso”, “flexível”, “precário”, e “fluído”. O discurso do empreendedorismo em voga trás consigo a ideia de que o homem deve ser um empreendedor nato para atender as demandas atuais do mercado de trabalho e, para se configurar como empreendedor deve ser cada vez mais fluído e precário. Fluído, pois é necessário estar apto às mudanças constantes que o modo de produção capitalista exige e, conseqüentemente precário, uma vez que os direitos trabalhistas perdem espaço nessa relação de poder entre empregador e empregado. É comum encontrarmos alguém desempregado justificando tal situação como um problema individual, como se o sujeito não tivesse se “auto empreendido” o suficiente, se profissionalizado, agregado valor à si próprio o bastante para estar de acordo com as exigências das empresas.

... em outras palavras a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. “Empresa” é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 328)

O novo trabalhador internaliza, de tal modo, as leis do neoliberalismo que passa a naturalizar o modo de gestão empresarial em todas as esferas da sua vida, inclusive na esfera política e social. Torna-se natural a concepção de Estado-empresa e por isso pagar por serviços como previdência, educação e plano de saúde, não parece à primeira vista

um problema, uma vez que são vistos como produtos que os indivíduos têm a oportunidade de consumir, e não como direitos básicos dos sujeitos.

A pura dimensão do empreendedorismo, a vigilância em busca da oportunidade comercial, é uma *relação de si para si mesmo* que se encontra na base da crítica à interferência. Somos todos empreendedores, ou melhor, todos aprendemos a ser empreendedores. Apenas pelo jogo do mercado nós nos educamos a nos governar como empreendedores, isso significa também que, se o mercado é visto como um livre espaço para empreendedores, todas as relações humanas podem ser afetadas por essa dimensão empresarial, constitutiva do humano. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 146)

Constitui-se pouco a pouco um sujeito que absorve a lógica empresarial dentro de si e que expande este *modus operandi* em suas relações pessoais. Mais do que um adestramento dos corpos, tem-se agora uma gestão das subjetividades tão eficaz que os sujeitos não se lêem mais como trabalhadores precarizados, e sim como empreendedores de si.

O momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa. Essa nova figura do sujeito opera uma unificação sem precedentes das formas plurais da subjetividade que a democracia liberal permitiu que se conversassem e das quais sabia aproveitar-se para perpetuar sua existência (DARDOT E LAVAL, 2016, p.326).

Essa discussão realizada pelos autores encontra ponto em comum em outro pensador contemporâneo que nos auxilia a assimilar melhor o momento histórico no qual o Brasil se insere. Ricardo Antunes, com seu estudo intitulado “O privilégio da servidão voluntária: o novo proletariado de serviços na era digital” (2018), discute a formação da classe trabalhadora em uma contemporaneidade marcada pela técnica e automatização dos serviços compreendendo que “a precarização não é algo estático, mas um modo de ser intrínseco ao capitalismo, um processo que pode tanto se ampliar como se reduzir, dependendo diretamente da capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2018).

A partir da década de 1970 o mundo passou por um processo de reestruturação produtiva , ainda em curso, modificando as relações de trabalho, sendo tais modificações a expressão máxima do neoliberalismo. Para que o capitalismo pudesse se manter como modo de produção hegemônico, segundo o autor, precisou passar por modificações em seu interior, gerando assim um novo mundo do trabalho, não mais marcado pelo fordismo ou taylorismo. Em sua forma antiga de organização da produção, as relações trabalhistas eram regidas pela CLT, surgida no Brasil com o governo de Vargas, e pelo Estado de bem estar social amplamente disseminado pela Europa, com a conquista de direitos e a regulamentação do trabalho. Mas um grande processo de precarização estrutural do trabalho alterou este cenário.

Nessa contextualidade, ampliam-se ainda mais os mecanismos de exploração, intensificação e precarização da classe trabalhadora, uma vez que a destruição dos direitos sociais conquistados passa a ser uma imposição do sistema global do capital em sua fase de hegemonia financeira. (ANTUNES, 2018, p.66)

Diante disso, Antunes tenta responder a questão: Quem é a classe trabalhadora hoje? O autor caracteriza tais mudanças como um processo de corrosão do trabalho emergidas com o advento do toyotismo e com as formas de empresa flexível. Vemos o mundo digitalizado ampliando a precarização dos postos de trabalho, especialmente aqueles localizados no setor de serviços. Somados a isto, há um grande desmonte dos direitos trabalhistas fruto das conquistas e organizações sindicais. Uma das maiores expressões desse processo é o fenômeno designado de *“uberização das relações do trabalho”*, no qual os trabalhadores fornecem seus próprios instrumentos para exercer suas funções, sem garantia de direitos ou de remuneração fixa e, em contrapartida, uma grande empresa lucra através da sua plataforma de serviço. Esse conjunto de modificações gerou uma classe trabalhadora diferenciada, que se submete à condições insalubres porque, como o próprio autor reflete no título de sua obra, antes ter o privilégio da servidão do que fazer parte dos doze milhões de brasileiros desempregados, segundo dados oficiais do IBGE³.

3

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilio-continua-mensal.html?=&t=destaques>> Acessado em 29/09/2019.

As formas de intensificação do trabalho, a burla dos direitos, a superexploração, a vivência entre a formalidade e a informalidade, a exigência de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradantes, os trabalhos intermitentes, os assédios, os adoecimentos, padecimentos e mortes decorrentes das condições de trabalho indicam o claro processo de proletarização dos assalariados de serviços que se encontra em expansão no Brasil e em várias partes do mundo, dada a importância das informações no capitalismo financeiro global. Constituem-se, portanto, numa nova parcela que amplia e diversifica a classe trabalhadora. (ANTUNES, 2018 p.70)

Esta nova classe trabalhadora se vê obrigada a aceitar tais condições de trabalho tão precárias e praticamente destituídas de direitos ao trabalhador, uma vez que o medo do desemprego é uma preocupação real das classes baixas no país, e talvez este seja um dos motivos que faça os jovens depositarem tanta esperança em uma educação técnica voltada essencialmente para o mercado de trabalho. Destituídos de perspectivas de futuro, desprovidos de outras possibilidades, agarram-se à ideia da formação técnica no Ensino Médio como a oportunidade de saída da crise do mercado de trabalho.

2. “Quando eu reduzo a formação básica comum à metade do currículo, eu estou destruindo a ideia de Ensino Médio como educação básica”⁴: A Lei nº 13.415/2017 e as modificações na LDB

A década de 1990 ficou conhecida como o início da democratização do ensino fundamental e uma expansão significativa do Ensino Médio no país. Ainda hoje, embora permeada por muitas contradições e críticas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) é considerada um avanço no campo educacional, instituindo a educação em nível médio como um direito de todo cidadão e estabelecendo, pela primeira vez na história do país, um ensino comprometido com o pensamento crítico e emancipatório do aluno. Inicia-se assim, um novo currículo com uma nova estrutura educacional dividindo o Ensino Médio

⁴ Monica Ribeiro da Silva, Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória no 746/2016. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017

propedêutico e a educação profissional, anteriormente vistos de forma interligada através do ensino tecnicista.

Deste modo, o Ensino Médio passa a ter duas tarefas centrais: fornecer aos jovens uma formação cidadã, com acesso à uma educação que abranja as diversas áreas de conhecimento e, atendendo às necessidades de inserir a mesma população jovem no mercado de trabalho, tem-se o ensino técnico. Conforme a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de 3 (três) anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Assim, o Ensino Médio foi estabelecido como um direito fundamental da última etapa da educação básica, objetivando consolidar e aprofundar os conhecimentos já abordados nos anos anteriores do ensino fundamental e, incorporando a necessidade de preparar os jovens para o mercado de trabalho e suas novas necessidades advindas com os processos industriais, mas sem negligenciar os conhecimentos constitutivos de uma cidadania completa. Essa é a teoria, o que consta na lei e o que deveria ter sido aplicado nos anos subsequentes à aprovação da LDB. Mas o que se observou na prática foi uma realidade completamente diferente, com inúmeras dificuldades de efetivação da universalização do EM e a equidade nacional da formação básica. Um dos

problemas mais expressivos são as altas taxas de evasão escolar, que tentaram ser contornadas pelo MEC com recomendações como a aprovação automática e o projeto Ensino Médio Inovador⁵.

A tabela a seguir apresenta a taxa percentual de evasão escolar no Ensino Médio, por Unidade Federativa, segundo os dados do IBGE entre 2007 e 2010.

Tabela 1 – Taxa percentual de abandono escolar no ensino médio (Brasil/Estados), 2007-2010

Colocação	UF	2007	2008	2009	2010
1º	Pará	20,0	22,0	20,7	19,2
2º	Alagoas	19,9	17,0	19,2	17,8
3º	Paraíba	18,9	18,8	17,8	17,4
4º	R. G. do Norte	24,2	22,7	20,9	17,3
5º	Piauí	19,7	22,2	20,2	16,7
6º	Bahia	19,9	19,8	18,5	15,7
7º	Sergipe	18,3	18,4	16,2	15,5
8º	Amapá	19,6	18,4	17,5	15,3
9º	Maranhão	17,5	16,2	13,8	14,7
10º	Rio de Janeiro	14,0	14,8	13,8	12,8
11º	Acre	14,9	14,3	12,8	12,5
12º	Goiás	15,9	15,1	12,0	11,7
13º	Rondônia	13,2	12,7	11,6	11,5
14º	Mato Grosso	17,9	19,4	15,8	11,2
15º	Pernambuco	22,0	18,0	14,0	11,1
16º	R. G. do Sul	13,0	12,4	11,7	11,0
17º	M. G. do Sul	12,7	11,9	11,8	11,0
18º	Ceará	14,7	13,8	13,0	10,6
19º	Amazonas	11,2	14,1	13,4	10,2
20º	Minas Gerais	12,0	11,0	9,3	8,8
21º	Tocantins	11,7	11,3	8,7	8,0
22º	Santa Catarina	7,1	7,3	6,8	7,1
23º	Espírito Santo	12,5	11,5	10,7	7
24º	Roraima	8,9	8,7	7,8	6,9
25º	Paraná	9,0	10,3	8,3	6,7
26º	São Paulo	5,2	4,3	3,9	4,5

Fonte: IBGE, 2011.

Pontos interessantes a serem destacados:

⁵ Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Ensino Médio Inovador, com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional. Art. 2º O Programa visa apoiar as Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal no desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino médio não profissionalizante, com ênfase nos projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras.

- 1) As Regiões Norte e Nordeste apresentam, desde 2007, os maiores índices de evasão escolar do país.
- 2) Em uma análise comparativa entre os anos de 2007 e 2010, todos os estados, com exceção de Santa Catarina, apresentaram reduções significativas em seus índices, sendo Rio Grande do Norte e Mato Grosso as Unidades Federativas que apresentaram as maiores reduções, com 6,9% e 6,7%, respectivamente.
- 3) São Paulo e Maranhão são as únicas Unidades Federativas em que os índices aumentaram de 2009 para 2010.

Fazendo uma interpretação dos dados apresentados na tabela, pode-se concluir que o país tem melhorado significativamente na contenção do abandono escolar por parte dos estudantes. Mas dados apresentados pelo INEP revelam uma grande disparidade entre o número de alunos que concluem o ensino fundamental e alunos que adentram ao ensino médio, provando que a universalização desta etapa da educação ainda parece distante de ser concretizada. Em 2010, por exemplo, havia 14.249.633 alunos nos anos finais do ensino fundamental, enquanto que em 2011 constava apenas 8.400.689 matrículas no ensino médio, representando uma evasão de quase 59%⁶.

Assim, é irrefutável a ideia de que o EM, e a forma como se organizava desde suas primeiras edições, apresentava problemas de ordem extremamente relevante e, portanto, deveria ter sua formulação revisitada. A evasão escolar é apenas um dos inúmeros problemas estruturais que a Educação Básica enfrenta, não excluindo obviamente o problema curricular, a péssima remuneração dos profissionais da educação e o ambiente escolar, em sua maioria, deteriorado e incapaz de estimular os alunos a aprender.

A escola continua improdutiva, primeiro porque se nega uma educação de qualidade aos jovens que frequentam a escola pública, o tempo do professor, o salário do professor. Eu costumo definir

⁶ Censo de 2010 disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/divulgacao_censo2010_revisao_04022011.pdf>. Censo de 2011 disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2011.pdf>. Acessado em 12/10/2019.

qualidade enquanto concepção e enquanto materialidade. Você não tem qualidade de uma boa comida se você não tem matéria-prima, você não tem uma roupa que esquente se não tem matéria-prima, então, o que é a base material de uma escola? É a infraestrutura, com biblioteca, laboratórios, campos, auditórios para o jovem se sentir dentro de um espaço educativo, é tempo do professor e condições de trabalho do professor, é continuidade do professor na mesma instituição, é também o reconhecimento da sociedade do ponto de vista do que se remunera este professor. É por isso que a escola continua improdutiva⁷

Isto posto, concordamos que era necessário uma reformulação do Ensino Médio, uma readequação de seu currículo aproximando o conhecimento do cotidiano dos alunos e, assim, incentivando-os a permanecer no ambiente escolar. Discordamos, entretanto, da atual reforma, aprovada em caráter de urgência através de uma Medida Provisória e, posteriormente, transformada em lei, sem uma discussão aprofundada de quais aspectos deveriam ou não ser modificados na estrutura curricular.

Em conformidade com a Exposição dos Motivos contidos no texto da Medida Provisória 746/2016, encaminhada ao Congresso Nacional, argumenta-se que “o Ensino Médio possui um currículo extenso, superficial e fragmentado, que não dialoga com a juventude, com o setor produtivo, tampouco com as demandas do século XXI”⁸ e propõe um novo modelo de ensino que oferecerá

... além das opções de aprofundamento nas áreas do conhecimento, cursos de qualificação, estágio e ensino técnico profissional **de acordo com as disponibilidades de cada sistema de ensino**, o que alinha as premissas da presente proposta às recomendações do **Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para Infância - Unicef**.

Neste sentido, a presente medida provisória propõe como principal determinação a **flexibilização do ensino médio**, por meio da oferta de diferentes **itinerários formativos**, inclusive a oportunidade de o jovem optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular.

Na perspectiva de ofertar um ensino médio atrativo para o jovem, além da **liberdade de escolher seus itinerários**, de acordo com seus projetos de vida, a medida torna **obrigatória a oferta da língua inglesa, o ensino da língua portuguesa e da matemática** nos três anos desta etapa, e prevê a certificação dos conteúdos cursados de

⁷ ENTREVISTA COM GAUDÊNCIO FRIGOTTO. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.15, n.3, p. 871 –884. Disponível em <<https://www.redalyc.org/html/766/76652988015>>

⁸

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaodemotivos-151127-pe.htm>> Acessado em 12/10/2019.

maneira a possibilitar o aproveitamento contínuo de estudos e o prosseguimentos dos estudos em nível superior e demais cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja obrigatória. (Brasil, 2016a) - grifo nosso.

Assim, com o que foi proposto inicialmente pela Medida Provisória, temos uma reforma justificada pela necessidade de maior flexibilização do currículo escolar, caracterizado como engessado, excessivo, com 13 matérias de caráter obrigatório, e de difícil assimilação para os estudantes. Para além disso, aparece o anseio de se fazer ter um ensino dialogável com as demandas produtivas, ou seja, as demandas do mercado de trabalho no seio do modo de produção capitalista. Após a identificação e apontamento do que seriam os maiores problemas do ensino médio, segundo os autores do Governo Temer, apresenta-se como resposta à implementação das Escolas em Tempo Integral com a formação de itinerários formativos de caráter opcional e a obrigatoriedade apenas das matérias de língua inglesa, português e matemática, sendo este ponto a principal alteração da Medida Provisória para o currículo no que se refere ao art. 36 da LDB, que passaria pela seguinte modificação:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional: I – linguagens; II – matemática; III – ciências da natureza; IV – ciências humanas; e V – formação técnica e profissional.

§ 1.º Os sistemas de ensino poderão compor os seus currículos com base em mais de uma área prevista nos incisos I a V do caput.

§ 3.º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências, habilidades e expectativas de aprendizagem, definidas na Base Nacional Comum Curricular, será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. (BRASIL, 2016a)

Cada estado, como já era pré-estabelecido anteriormente, ficará responsável por organizar seu currículo considerando a Base Nacional Comum Curricular,

concomitantemente em que busca aplicar as devidas alterações realizadas pela reforma. Será viável a existência de todos os eixos formativos em todas as escolas públicas do país, a fim de que os estudantes tenham realmente a possibilidade de optar pelo seu viés formativo? Ainda que a reforma fosse pautada por preocupações pedagógicas e formativas, o que não julgamos ser verdade, como isso seria possível em face da também aprovada PEC 241/55 que congela os gastos públicos por 20 anos? Não é sensato e lúcido propor qualquer reforma no âmbito educacional sem prever um maior investimento para que tais mudanças ocorram de forma eficaz.

A segunda problemática que levantamos é a respeito do denominado “protagonismo juvenil” que aparece com entusiasmo no texto em nome de uma suposta liberdade de escolha. Ora, isso nada mais é do que a abstenção do Estado e da sociedade civil em afirmar para estes jovens, que ainda se encontram em processo formativo, a existência de um corpo de conhecimentos historicamente produzidos que devem constar na formação de todo e qualquer indivíduo para que este seja capaz de se consolidar como um cidadão consciente e politicamente responsável. Jovens não são indivíduos autônomos, como querem nos fazer crer, são dependentes do Estado e de suas políticas e, o Estado por sua vez, deve ser responsável pela formação integral destes indivíduos.

Com efeito, se a EB é “Direito de todos e dever do Estado” (CF 1988), se o EM é a etapa final dessa (LDB) que é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na denominada “idade própria” e se os sistemas de ensino devem assegurar a universalização do ensino obrigatório (BRASIL, 2009), então a defesa da universalização da EB de qualidade, incluindo sua etapa final – o EM – é a defesa de um direito constitucional. Portanto, fazer valer esse direito, torná-lo realidade para todos não pode ser encarado como crise nem como problema, como tratam patrocinadores e defensores da reforma. É, na verdade, um bom desafio social, um passo importante e necessário no processo de travessia de uma sociedade desigual e excludente para uma igualitária em que todos estejam incluídos como cidadãos de pleno direito. Ao invés disso, a reforma promove a redução de conteúdos formativos em cada um dos itinerários formativos propostos. Ou seja, é a negação do EM como etapa final da EB. (MOURA E FILHO, 2017)

Desconsiderando todos os questionamentos por parte de professores e estudiosos da educação básica no Brasil que alertavam o fracasso e irresponsabilidade social trazida pela reforma, a Medida Provisória foi promulgada em Lei (nº 13.415/2017) tornando obrigatório sua aplicação a partir do ano de 2019, considerando um prazo de cinco anos até que as unidades de ensino públicas estejam totalmente padronizadas, segundo as modificações da LDB e da BNCC. A seguir comentaremos como este processo tem ocorrido no Estado de São Paulo e, mais especificamente, nas ETECs através de um programa integrado entre ensino médio e ensino técnico.

3. Como o Estado de São Paulo tem pensado a reforma do Ensino Médio?

Neste capítulo iremos nos debruçar sobre como as Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo tem aplicado a Lei nº 13.415/2017 em seus cursos e, de que modo, tais mudanças têm sido percebidas e compreendidas tanto pelo corpo docente quanto pelos alunos da instituição. Faremos esta análise através de um estudo de caso em uma ETEC da região metropolitana de São Paulo. Para tanto, faz-se necessário uma contextualização das origens do ensino profissionalizante no Brasil e o histórico de formação do maior centro de educação técnica do país, o Centro Paula Souza.

3.1. Breve histórico do ensino técnico no Brasil

As origens do ensino técnico e profissionalizante no país remontam a década de 1920, com o desenvolvimento do primeiro surto industrial. A economia brasileira, que sempre foi eminentemente primária e agroexportadora, começa a apresentar deficiências e entraves no século XX, principalmente como reflexo das crises internacionais. Assim, enquanto a maior parte dos países europeus e da América do Norte já haviam desenvolvido suas indústrias, o Brasil iria passar pelo processo que ficou conhecido como industrialização tardia iniciado no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Com o surgimento das primeiras indústrias de base, a economia

marcadamente agrária cede espaço para a fase industrial, na qual a mão de obra qualificada torna-se cada vez mais necessária. Assim, o Estado passa a se preocupar com a formação profissional das classes populares, uma vez que serão estas as fornecedoras da mão de obra que a indústria necessita. Era preciso modernizar a educação dos trabalhadores para conquistar um desenvolvimento industrial efetivo. Ao Estado coube a função de qualificar os trabalhadores, tendo por referência os modelos educacionais já existentes nas nações europeias industrializadas como a Inglaterra, França e Alemanha (TAIRA, 2007). Buscando atender às novas demandas do capital produtivo à época, tem-se o surgimento do ensino técnico:

O grande fato histórico que marca a implantação oficial e duradoura do ensino técnico e profissionalizante no País foi a criação, através do Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1.942, do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. A Instituição foi criada através de promulgação de leis orgânicas para o ensino naquela que ficou conhecida como “Reforma Capanema”. (CALSAN, 2011, p.20)

Implementada pelo Ministério da Educação durante o Estado Novo (1937-1945), a Reforma Capanema ou Leis Orgânicas do Ensino, através da criação do SENAI, subordinado à Confederação Nacional das Indústrias, estruturou o ensino industrial e reformulou o ensino secundário, organizando-o em dois ciclos, a saber: o ginásial com duração de quatro anos e o colegial com três anos. A reforma criada para atender as necessidades de produção da época, estabelece a primeira instituição técnica do país ligada diretamente ao maior órgão de organização do setor industrial brasileiro, ou seja, são as próprias indústrias que determinam a formação educacional e técnica dos estudantes.

O SENAI, primeira tentativa de aperfeiçoamento da classe trabalhadora, passará por uma grande expansão com o processo acelerado da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e, posteriormente, com a chegada dos militares ao Governo (1964-1985) que darão continuidade às políticas de desenvolvimento industrial brasileiro (CALSAN, 2011).

Historicamente o processo de industrialização brasileira se desenvolveu concentrada no sudeste em detrimento das demais regiões do país. Assim, estados

como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram os que mais sofreram alterações produtivas devido à guinada industrial impulsionada pelos sucessivos governos desde Vargas. Foram locais que conheceram não só uma industrialização bastante intensa, mas também um processo gradativo de urbanização com um expressivo crescimento populacional. Entre os três estados, São Paulo foi o que mais expressou esses fenômenos em suas maiores potencialidades. Assim, é possível traçar uma relação entre o forte processo industrial paulista e a concentração do grande número de escolas técnicas existentes no estado. As empresas se instalaram gradativamente em São Paulo e o setor de serviços também se expandiu, trazendo novas demandas produtivas ao local, refletindo no âmbito da educação.

Em São Paulo, o ensino profissional-técnico começa a ser formalizado no final do século XIX e início do século XX, quando a cultura existente acompanhava paradigmas relacionados ao progresso industrial, com influência das potências européias. No avanço que acontecia, havia, em nosso meio fabril, uma tradição de experiências adquiridas na prática (saber-fazer), em que segredos profissionais técnicos eram transmitidos no cotidiano do trabalho, sendo a técnica, ainda, um dos sinônimos desse saber-fazer. (TAIRA, 2007,p.148)

É neste contexto que, em 1969, o Governador Roberto Costa de Abreu Sodré cria o Centro Estadual de Educação Tecnológica, renomeado posteriormente como Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, responsável por administrar as escolas técnicas do estado e implementar as faculdades de tecnologias, as FATECs. Com o passar do tempo o CEET-SP adquire também a responsabilidade de gerir todas as escolas técnicas que integravam convênio entre União, Estado e municípios, tais como a Escola Profissional Masculina (atual Etec Getúlio Vargas) e a Escola Profissional Feminina (atual Etec Carlos de Campos), ambas na Capital. A esse respeito Taira tece alguns comentários:

O CEET SP (Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo) nasceu com especificidades, em momento de exceção: foi criado (em 1969) por força de ato complementar, amparado pelo Ato

Institucional nº 5 (AI-5, de 13 de dezembro de 1968), como autarquia com vínculo administrativo à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e financeiro à da Fazenda, tendo por finalidade a articulação, a realização e o desenvolvimento da educação tecnológica nos graus de ensino médio e superior, devendo para isso:

I – incentivar ou ministrar cursos de especialidades correspondentes **às necessidades e características dos mercados de trabalho** nacional e regional, promovendo experiências e novas modalidades educacionais, pedagógicas e didáticas, bem assim o seu entrosamento com o trabalho;

II – formar pessoal docente destinado ao ensino técnico, em seus vários ramos e graus, em cooperação com as universidades e institutos isolados de ensino superior que mantenham cursos correspondentes de graduação de professores;

III – desenvolver outras atividades que possam contribuir para a consecução de seus objetivos.

Deste modo, conseguimos fazer duas associações com o ensino técnico no Brasil: 1) Surge para atender às necessidades produtivas do capital industrial que conseqüentemente demanda mão de obra qualificada, seja para operacionalizar as máquinas ou para trabalhar no setor de serviços; e 2) As escolas técnicas e as formações profissionais são voltadas para a classe trabalhadora, consolidando-se, assim, uma divisão histórica no país onde se constitui uma elite intelectual formada nas universidades públicas principalmente, e escolas técnicas que são responsáveis por inserir os jovens no mercado de trabalho através de uma formação tecnicista e precarizada.

Como vimos anteriormente, essa necessidade de atender às demandas produtivas do capital e redirecionar a formação educativa da classe trabalhadora tem sido uma constante no país, quase como um ciclo vicioso. O Estado de São Paulo expressa esse fenômeno através da sua larga expansão das ETECs e FATEC, conforme mapa a seguir.

MAPA 01- Distribuição das Etecs e Fatecs pelo Estado de São Paulo (2010)



Fonte: Centro Paula Souza⁹

Observamos que as unidades do Centro Paula Souza (CPS) encontram-se em todas as regiões administrativas do Estado, apresentando maior concentração no município de São Paulo com cerca de 37 unidades das ETECs, seguida por Campinas com 32 unidades. Como já apontado, encontramos forte relação com a concentração das escolas técnicas no Estado de São Paulo com o papel industrial que esta localidade desenvolveu com o passar do tempo.

Criado em 1969, com a missão de estruturar os primeiros cursos superiores de tecnologia do País, o CPS estendeu ao longo dos anos sua atuação para todos os níveis de ensino e se consolidou como a maior instituição pública de ensino profissional da América Latina. O

⁹Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/portalcetec/pdfs/mapa-de-unidades.pdf>>. Acessado em 04/11/2019

Paula Souza atende hoje mais de 297 mil alunos matriculados em 223 Escolas Técnicas (Etecs), 73 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais e classes descentralizadas presentes em mais de 300 municípios.¹⁰

Em um momento no qual a discussão sobre a formação técnica dos jovens adquire novamente centralidade, é o Centro Paula Souza que irá desempenhar o papel de articulador da implementação da Lei nº 13.415/2017 no Estado de São Paulo. Como tem sido esse processo, suas contradições e disputas é algo que discutiremos a seguir.

3.2. O M-TEC e o NovoTec: O jovem empreendedor de sua aprendizagem

Como vimos, o Centro Paula Souza foi criado na segunda metade da década de 1960, mas somente em 1994 que a instituição passou oficialmente a responder pelo ensino técnico público estadual, com a integração de 82 escolas já existentes¹¹, tornando-se em um dos maiores centros gerenciadores do ensino profissional no país.

As ETECs, Escolas Técnicas Estaduais, surgem oferecendo a formação técnica e o ensino médio inicialmente como programas desvinculados. Os estudantes poderiam optar por realizar o Ensino Médio, ofertado no período matutino, e realizar um curso técnico no período vespertino ou noturno, criando um ensino integral mas de caráter opcional. Posteriormente, criou-se o programa ETIM, caracterizado por ter o ensino médio integrado ao técnico, no qual a formação profissional soma-se à base nacional comum curricular, sendo o curso em regime integral. Assim, nesta nova modalidade, os estudantes que desejavam acessar às ETECs obrigatoriamente deveriam optar por um curso profissionalizante, mesmo aqueles que só buscavam a formação básica.

Após a aprovação da Lei 13.415/2017, o CPS inicia uma reestruturação curricular, buscando adequar seus cursos à reforma. Como primeiro passo desse processo ocorre em novembro de 2017 um curso de capacitação voltado para os

¹⁰ Fonte: <<https://www.cps.sp.gov.br/cps-comemora-50-anos-de-pioneirismo-no-ensino-profissional>> Acessado em: 04/11/2019

¹¹ idem

diretores das ETECs, cujo título era “Ensino Médio- Novos Desafios”, objetivando “discutir a proposta e capacitar a equipe escolar sobre a nova realidade apontada pela legislação da Educação Básica”, conforme ANEXO A. Essa é uma das primeiras movimentações que darão origem aos novos programas oferecidos pelas ETECs: O M-TEC e o NovoTec Integrado, sendo este último implementado oficialmente a partir de 2020.

A nova modalidade de curso técnico, já implementada pelo Centro Paula Souza, traz o Ensino Médio vinculado à habilitação técnica (M-TEC), semelhante ao programa ETIM, entretanto sem o regime integral. Ou seja, os alunos que prestam esta modalidade tem, em um único período, as matérias da base comum e as matérias componentes do curso técnico. Sendo assim, há uma redução da carga horária das matérias da base comum de modo a fornecer ao aluno um ensino condensado, que seja capaz de viabilizar tanto o diploma do Ensino Médio como a habilitação profissional técnica.

Colocamos abaixo a grade curricular do ETIM (Ensino Médio Integrado ao Técnico) e a grade curricular do M-TEC, ambos do curso curso de administração, a fim de realizarmos uma análise comparativa:

MATRIZ CURRICULAR						
Eixo Tecnológico	GESTÃO E NEGÓCIOS					
Curso	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO (Período Diurno)			Plano de Curso	213	
Lei Federal n.º 9394, de 20-12-1996; Lei Federal n.º 11741/2008; Resolução CNE/CEB n.º 1, de 5-12-2014; Resolução CNE/CEB n.º 6, de 20-9-2012; Resolução CNE/CEB n.º 2, de 30-1-2012; Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13-7-2010; Resolução SE n.º 78, de 7-11-2008; Decreto Federal n.º 5154, de 23-7-2004. Plano de Curso aprovado pela Portaria Cetec – 735, de 10-9-2015, publicada no Diário Oficial de 11-9-2015 – Poder Executivo – Seção I – página 53.						
Ensino Médio (Base Nacional Comum e Parte Diversificada) e Formação Profissional	Componentes Curriculares	Carga Horária em Horas-aula				Carga Horária em Horas
		1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	Total	
	Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional	160	160	160	480	424
	Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional	80	80	80	240	212
	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol	-	-	-	-	-
	Artes	120	-	-	120	106
	Educação Física	80	80	80	240	212
	Aplicativos Informatizados	80	-	-	80	71
	História	80	80	80	240	212
	Geografia	80	80	80	240	212
	Filosofia	40	40	40	120	106
	Sociologia	40	40	40	120	106
	Física	80	80	80	240	212
	Química	80	80	80	240	212
	Biologia	80	80	80	240	212
	Matemática	160	160	160	480	424
	Gestão Empresarial	80	-	-	80	71
	Administração de Marketing	120	-	-	120	106
	Ética e Cidadania Organizacional	40	-	-	40	35
	Técnicas Organizacionais	80	-	-	80	71
	Gestão de Pessoas I e II	-	120	120	240	212
	Cálculos Financeiros e Estatísticos	-	80	-	80	71
	Legislação Empresarial	-	80	-	80	71
	Custos, Processos e Operações Contábeis	-	120	-	120	106
	Gestão Empreendedora e Inovação	-	80	-	80	71
	Gestão Financeira e Econômica	-	-	80	80	71
	Gestão de Produção e Materiais	-	-	80	80	71
	Logística Empresarial	-	-	80	80	71
	Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração	-	-	80	80	71
TOTAL GERAL DO CURSO		1480	1440	1400	4320	3819

Componentes curriculares da Formação Profissional com aulas integralmente práticas (100% da carga horária prática)	1ª Série	Aplicativos Informatizados.
	3ª Série	Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração (divisão de classes em turmas).
Certificados e Diploma	1ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR ADMINISTRATIVO
	1ª + 2ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
	1ª + 2ª + 3ª Série	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO
Observações	* – Os conhecimentos da “Língua Estrangeira Moderna – Espanhol” serão desenvolvidos por meio de A carga horária descrita como prática é aquela com possibilidade de divisão de classes em turmas, conforme o item 4.9 do Plano de Curso. Trabalho de Conclusão de Curso: 120 horas. A distribuição de Componentes Curriculares da Base Nacional Comum, da Parte Diversificada e da Formação Profissional consta do Plano de Curso e atende à legislação. Carga Horária Semanal Máxima: 40 horas-aula semanais (horas-aula de 50 minutos).	

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO PROFISSIONAL							
Eixo Tecnológico		GESTÃO E NEGÓCIOS					
Habilitação Profissional		TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO (Diurno – Manhã/Tarde)			Plano de Curso	340	
Lei nº 9.394, de 20-12-1996; Lei nº 13.415, de 16-2-2017; Resolução CNE/CEB nº 1, de 5-12-2014; Resolução CNE/CEB nº 6, de 20-9-2012; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13-7-2010; Resolução SE nº 78, de 7-11-2008; Decreto nº 5154, de 23-7-2004; Decreto nº 8.268, de 18-6-2014. Plano de Curso aprovado pela Portaria Cetec – 1338, de 17-11-2017, publicada no Diário Oficial de 18-11-2017 – Poder Executivo – Seção I – página 42.							
Base Nacional Comum Curricular	Componentes Curriculares		Carga Horária em Horas-aula				Carga Horária em Horas
			1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	Total	
	Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional		120	120	120	360	300
	Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional		80	80	80	240	200
	Matemática		120	120	120	360	300
	Artes		80	-	-	80	67
	História		80	80	-	160	133
	Geografia		80	80	-	160	133
	Física		80	80	-	160	133
	Química		80	80	-	160	133
	Biologia		80	80	-	160	133
	Educação Física		80	80	-	160	133
	Filosofia		-	40	-	40	33
	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol		-	-	-	-	-
	Sociologia		-	-	40	40	33
Total da Base Nacional Comum Curricular		880	840	360	2080	1733	
Formação Técnica e Profissional	Procedimentos e Técnicas Empresariais		80	-	-	80	67
	Legislação Empresarial		80	-	-	80	67
	Administração de Marketing e Processos Comerciais		80	-	-	80	67
	Projeto Integrador I e II		80	80	-	160	133
	Aplicativos Informatizados		-	80	-	80	67
	Rotinas de Departamento Pessoal		-	80	-	80	67
	Custos, Processos e Operações Contábeis		-	120	-	120	100
	Administração de Recursos Humanos		-	-	80	80	67
	Modelo de Negócios		-	-	120	120	100
	Administração Financeira e Econômica		-	-	80	80	67
	Administração da Produção e Serviços		-	-	80	80	67
	Logística Empresarial		-	-	80	80	67
	Fundamentos da Administração Pública		-	-	80	80	67
	Tecnologia da Informação em Administração		-	-	80	80	67
	Ética e Cidadania Organizacional		-	-	40	40	33
Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração		-	-	120	120	100	
Total da Formação Técnica e Profissional		320	360	760	1440	1200	
TOTAL GERAL DO CURSO			1200	1200	1120	3520	2933
Aulas semanais			30	30	28	-	-

Componentes curriculares da Formação Técnica e Profissional com aulas integralmente práticas (100% da carga horária prática – em laboratório)	1ª Série	Administração de Marketing e Processos Comerciais; Procedimentos e Técnicas Empresariais; Projeto Integrador I.
	2ª Série	Aplicativos Informatizados; Projeto Integrador II; Rotinas de Departamento Pessoal.
	3ª Série	Modelo de Negócios; Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração (divisão de classes em turmas); Tecnologia da Informação em Administração.
Certificados e Diploma	1ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR ADMINISTRATIVO
	1ª + 2ª Séries	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
	1ª + 2ª + 3ª Séries	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO
Observações	* – Os conhecimentos da “Língua Estrangeira Moderna – Espanhol” serão desenvolvidos por meio de Trabalho de Conclusão de Curso: 120 horas. Horas-aula de 50 minutos (a carga horária não contempla o intervalo).	

A análise dos documentos indica uma redução na carga horária de todas as disciplinas que compõem a base do Ensino Médio, incluindo português e matemática que apresentaram, ambas, uma redução no total de 120 horas. Artes, Sociologia e Filosofia deixam de ter uma carga horária equivalente a 120 horas e passam a ter

apenas 80 horas durante os três anos do Ensino Médio para ministrarem seus conteúdos. As demais matérias, como Geografia, História, Educação Física, Biologia, Química e Física, apresentaram uma redução de 80 horas, de acordo com o programa M-TEC. Assim, matérias consideradas essenciais na formação básica dos indivíduos, seja para um preparo mais qualificado na disputa pelo vestibular, seja no direito inerente do ser humano na aprendizagem dos conteúdos, ficam deficitárias com uma grande lacuna que tenta ser suprida pela formação técnica. Que tipo de informação tais alunos não terão mais acesso? Quais conteúdos geográficos, e de outras áreas do saber, deixarão um hiato no ensino destes estudantes? Como definir o que será prioritário lecionar no tempo reduzido de aula que cabe a cada disciplina? A formação para o trabalho precede a formação cidadã? Dardot e Laval (2016) ao discutirem a modelagem da sociedade pelas empresas, como uma característica central da fase atual do neoliberalismo, reiteram como as questões produtivas têm ganhando cada vez mais espaço nas diversas esferas sociais, inclusive no setor educacional onde há uma disputa da consciência dos indivíduos, homogeneizando-os em torno da figura das empresas.

O segundo programa criado para dar seguimento à reforma do Ensino Médio, o NovoTec, foi apresentado oficialmente em 10/09/2019 em uma videoconferência, tendo como público alvo os Diretores e Servidores de Ensino das unidades. Além de apresentar o programa, seus objetivos e suas metas, também foram expostas orientações aos participantes sobre o que seria esperado deles nesta nova fase do Centro Paula Souza. O encontro teve como palestrantes Valéria Muhi, diretora do Departamento de Currículo da Seduc; Daniel Barros, coordenador de Ensino Técnico e Profissionalizante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; e Sabrina Gomes, diretora do Departamento de Supervisão Educacional do Centro Paula Souza.¹²

Por que pensar o NovoTec? Segundo Daniel Barros a necessidade de expansão do ensino profissionalizante surgiu devido, principalmente, pela demanda dos próprios estudantes de se inserirem no mercado de trabalho, obtendo uma formação básica e técnica concomitantemente. Diante do que foi apontado como

¹² Videoconferência disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/Videoteca/DadosBloco.aspx?id_bloco=2934>. Acessado em 02/11/2019.

uma carência de uma formação profissional que atinja todos os estudantes que desejam uma maior conexão entre o ensino médio e o mundo do trabalho, o Centro Paula Souza anunciou oficialmente que o NovoTec será um projeto de expansão do modelo de ensino das ETECs para as escolas públicas, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado. Como isso ocorrerá? A ideia é expandir os cursos técnicos, fazendo com que eles tenham uma abrangência maior sem criar novas estruturas e unidades, aproveitando espaços considerados subutilizados nas escolas públicas onde possam ocorrer o ensino técnico, conduzido pelos próprios professores das ETECs. A meta é ter pelo menos 30% dos alunos de São Paulo em cursos profissionalizantes, com uma grade horária estruturada em 1800 horas da Base Nacional Comum e 1200 horas do itinerário formativo, designadas para a formação técnica.

O projeto piloto NovoTec Expresso já foi colocado em prática neste ano de 2019, com cerca de 10 mil vagas ofertando aos alunos 10 horas semanais de formação profissional como um complemento à sua carga escolar, segundo Barros. Além disso, há também o NovoTec Virtual em parceria com a Univesp que oferecerá 4500 vagas de formação profissional EAD.

Assim, o Centro Paula Souza em parceria com a Secretaria de Educação do Estado oficializam três novos programas: O NovoTec Expresso, NovoTec Virtual e NovoTec Integrado, ou híbrido, de caráter integral que será aplicado tanto nas Etecs quanto nas escolas públicas. A ideia do “aluno empreendedor de sua própria formação” é um dos pilares dos programas idealizados, tal como foi citado na própria videoconferência. Novamente encontramos em Dardot e Laval (2016) a base necessária para refletir sobre a questão. Os autores apontam o medo social como o fator que faz a classe trabalhadora e, podemos incluir os filhos desta, em aceitar condições precárias e provisórias no mercado de trabalho, com a naturalização do discurso neoliberal. Deste modo, o medo social é, igualmente, o fator que faz os alunos aceitarem as suas novas condições de formação, compreendendo que a preparação para o mercado de trabalho é mais urgente e imprescindível do que uma educação integral e ampla.

... a grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas

condições cada vez mais duras e mais perenes. Em uma palavra a novidade consiste em promover uma “reação em cadeia”, produzindo “sujeitos empreendedores” que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão, e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram (DARDOT E LAVAL, 2016, p.329).

Além disso, dos apontamentos feitos pelos professores e coordenadores da ETEC da qual visitamos se refere a como os novos programas foram apresentados quase em caráter de urgência e de modo muito confuso, não havendo mais explicações além da videoconferência realizada. Preocupam-se com a deficitária infraestrutura das escolas da rede pública, como a falta de laboratórios de informática, impossibilitando a formação técnica. Além de acreditarem que o NovoTec, considerando a rapidez com a qual será implementada sem uma estrutura e preparo adequado dos professores, servirá como propaganda nas próximas disputas eleitorais.

3.3. Análise das entrevistas: As contradições do M-TEC e NovoTec

“Nas propagandas eles falam que a maioria das pessoas aprovam a reforma... Quem respondeu essa pesquisa? Eu não conheço”
(Estudante 1, 16 anos)

Por esta pesquisa se tratar de um estudo de caso, optamos por realizar algumas conversas com alunos e professores de uma ETEC da região metropolitana da cidade de São Paulo, portanto, as entrevistas (Anexo B) e análises tratam de uma amostragem. Foram realizadas cerca de trinta e quatro entrevistas, as quais buscam entender qual o objetivo dos estudantes ao ingressarem em uma ETEC, como eles enxergam o seu processo formativo e de que modo eles compreendem as atuais alterações curriculares na instituição.

Entre todos os entrevistados, 32% haviam cursado escolas particulares no ensino fundamental e 67% dos alunos, advindos de escolas públicas, decidiram prestar o vestibulinho da ETEC por acreditarem que o ensino básico era de melhor qualidade. Ainda que alguns alunos tenham mencionado a vontade de fazer algum curso técnico e a vantagem de ter dois diplomas ao final do Ensino Médio, o desejo

de obter uma educação melhor em uma escola com infraestrutura adequada apareceu em quase todas as respostas. Tal fato nos fez estabelecer uma relação entre o ensino superior público e as ETECs, guardando suas devidas proporções. As instituições superiores públicas do país são reconhecidas por seu ensino de qualidade e desenvolvimento de pesquisa, o que as torna muito concorridas selecionando os alunos através do sistema de vestibular. As ETECs funcionam sob a mesma lógica: são instituições públicas, mas que se diferenciam das escolas públicas da rede por terem uma estrutura mais adequada e um ensino inegavelmente melhor em muitos pontos - comentários que também apareceram nas falas dos estudantes. Entretanto, o acesso à essas escolas só é possível através de um sistema de seleção similar ao vestibular, configurando um acesso também desigual. Isso nos causou algumas reflexões, ainda que não sejam diretamente sobre o estudo ao qual se propõe este trabalho mas que perpassam à constituição das ETECs: por que temos essa diferenciação entre um ensino público precarizado e um ensino público de melhor qualidade, que seleciona os estudantes? Por que existe uma grande diferença de infraestrutura e investimento nas ETECs e nas escolas da rede quando ambas são de responsabilidade do Governo do Estado? Por que estudantes devem ser selecionados para terem acesso à uma educação, seja ela básica ou profissional, quando isso é um direito básico de todo cidadão? Não teremos tempo e nem arcabouço teórico para responder os questionamentos feitos, mas por surgirem no processo de análise e escrita deste trabalho achamos condizente registrá-los aqui.

Ao questionarmos os alunos o que pensavam acerca da Reforma do Ensino Médio tínhamos por objetivo entender como estes estudantes compreendiam as novas mudanças que irão ocorrer em seu processo formativo e, portanto, saber se este debate tem sido feito com o corpo discente. É importante pontuar que até o momento das entrevistas (set/2019) o NovoTec ainda não havia sido oficializado, existindo apenas a discussão sobre o programa M-TEC. Assim sendo, as respostas dos alunos foram em um âmbito genérico acerca da reforma e suas possíveis mudanças não sendo pontuado as especificidades do programa.

Acerca das respostas sobre a pergunta “O que você pensa sobre a nova Reforma do Ensino Médio?” obtivemos o seguinte resultado: 88% dos estudantes

são contra a reforma, 6% são favoráveis e 6% não souberam opinar. Os que se afirmaram favoráveis consideram boa a ideia dos próprios estudantes poderem optar por determinadas áreas de estudo de acordo com a carreira que planejam seguir. Os alunos que não souberam opinar não conheciam a reforma e não estavam por dentro da discussão sobre suas alterações ou consideraram cedo demais para dizer se ela seria benéfica ou não para a educação do país, visto que ainda não foi aplicada. A maior parte dos estudantes, conforme pesquisa, demonstraram-se contra a reforma por compreenderem que ela viola direitos básicos da educação. Listamos abaixo os principais argumentos utilizados:

- 1) A reforma desvaloriza algumas matérias, principalmente das ciências humanas;
- 2) Arbitrariedade no modo como foi elaborada;
- 3) Dificulta o ensino dos que desejam prestar vestibular;
- 4) Redução do mercado de trabalho para profissionais das áreas de ciências humanas;
- 5) Falta de infraestrutura das escolas públicas para aplicar a reforma.

A reflexão crítica que apareceu nas respostas dos estudantes é a mesma apontada por autores como Moura e Filho (2017) e Motta e Frigotto (2017), principalmente no que diz respeito ao modo autoritário como a reforma do EM foi planejada e ao desprestígio atual das ciências humanas. Ao afirmarem que a criação dos itinerários formativos, tornando algumas matérias optativas, expressa uma verdadeira desvalorização de determinadas áreas do conhecimento, os estudantes demonstraram lucidez sobre os direitos da sua educação.

"Pensando de modo geral nas escolas públicas nós não temos um ensino tão bom, então ao invés de quererem tirar matérias deveriam investir para que os alunos aprendessem melhor o que eles já tem. Para fazer uma mudança deveria melhorar o que a gente já tem... as matérias que querem tirar são muito importantes, todas fazem com que a gente tenha conhecimento como cidadão... Geografia, história... tudo isso é importante pra gente entender a nossa posição perante a nossa sociedade." (Estudante 2, 15 anos)

Recorrentemente diziam que a formação do Ensino Médio, além de preparar os jovens para o mercado de trabalho, algo que consideram de suma importância,

também deveria ter por obrigação a formação política dos indivíduos, conscientes de seus direitos e do papel que precisam desempenhar no conjunto social. Apontaram como essencial nesse processo formativo matérias como Geografia, História, Filosofia, Sociologia e Educação Artística por serem o que chamaram de “*matérias que nos tornam pensadores*”. Pontuaram, do mesmo modo, a inexistência do diálogo dos órgãos governamentais com os estudantes, buscando saber a opinião destes sobre o ensino.

“Acredito que precisa de uma reforma mas não essa, precisa ser discutido com as pessoas que estão em sala de aula, com os alunos e com os professores...Isso deveria ser conversado e não poucas pessoas decidirem o destino da educação no país todo.” (Estudante 3, 18 anos)

Encontramos conexão entre estes argumentos e as reflexões realizadas por Moura e Filho (2017) quando os autores apontam como a reforma EM suprimiu o debate social e a manifestação democrática, sendo aprovada em caráter de urgência, sob medida provisória, não concedendo tempo e espaço para uma discussão séria e aprofundada sobre as alterações propostas com o conjunto da sociedade. Afinal, uma grande reforma educacional como prevista pela Lei Nº 13.415/2017 necessita, no mínimo, de uma discussão com os profissionais da educação e com os estudantes do Ensino Médio, visto que serão eles os maiores afetados. Os autores afirmam também que a reestruturação curricular para a chamada “crise do Ensino Médio” tem por finalidade esconder o problema central da educação básica: a precária infraestrutura que impede o funcionamento adequado da instituição escolar. Não é preciso um estudo minucioso para ter ciência das condições físicas que assolam grande parte das escolas públicas do país, basta conhecer as instituições que se localizam nas regiões periféricas. A comparação entre a estrutura, seja ela física ou não, das ETECs e a de uma escola pública da rede foi algo bastante recorrente na fala dos alunos, apontando inclusive as debilidades das instituições como sendo um grande entrave para a aplicação da reforma de modo a ofertar todos os itinerários formativos.

“A escola de onde eu venho já não tem professor, imagina com algumas matérias sendo consideradas menos importantes quando só uma parte da escola, por exemplo, vai querer ter artes... eu nunca cheguei a ter aula de artes! Os alunos já acham artes inútil e aí menos alunos vão passar a querer fazer ela e a escola não vai se

preocupar em ter professor... é preciso ter consciência da importância dessas matérias e investir mais na educação e não querer economizar” (Estudante 4, 16 anos)

“A importância das ciências humanas abrange o movimento de cada cidadão... A gente não tem nem o básico direito, que é português e matemática, imagina com a reforma... A escola não vai conseguir atender a todos, já não tem e aí vai ter menos ainda.” (Estudante 5, 15 anos)

Além da falta de professores para lecionar determinadas matérias, não há espaços que estimulem o desenvolvimento do conhecimento com os alunos, como bibliotecas e laboratórios. Este problema não parece ser motivo de preocupação, visto que não há nenhuma menção sobre a melhoria de infraestrutura das escolas públicas, contratação de novos professores ou mais investimentos na área da educação contidos no texto da lei Nº 13.415/2017. Quando Daniel Barros, coordenador de Ensino Técnico e Profissionalizante da SDE, afirmou na videoconferência que o objetivo do NovoTec era expandir o atendimento do Centro Paula Souza sem criar novas instituições, ele reiterou a questão central da reforma: redução de custo e formação de mão de obra barata.

Outro ponto relevante destacado pelos estudantes é o aumento da desigualdade no Ensino Básico, afetando principalmente aqueles que desejam adentrar o ensino superior público. Com a alteração curricular e a desobrigação de fornecer algumas matérias, muitos alunos receberão um ensino ainda mais defasado e suas chances de passar em um vestibular serão reduzidas, considerando que as provas das Universidades continuarão a ter o mesmo padrão de exigência em relação aos conteúdos do EM.

“Os vestibulares, eles sempre mantêm um nível e tirando essas matérias eles tiram a oportunidade das classes mais baixas de ingressar nas Universidades... A escola particular vai ter condições de manter as aulas normais... as provas continuam a mesma mas o ensino vai ser diferente” (Estudante 6, 17 anos)

“No vestibular eles vão te cobrar todas as matérias e tem gente que não vai saber...essa mudança vai fazer uma reforma muito brusca e prejudicar muitos alunos” (Estudante 7, 17 anos)

A consideração dos alunos retoma o que apontamos anteriormente: A quem se destina o ensino técnico? Aos filhos da classe trabalhadora. A quem se destina o ensino superior? Aos filhos da burguesia. Historicamente têm sido assim, uma educação que forma mão de obra para as demandas do mercado de trabalho dentro modo de produção capitalista, que se encontra sob a égide da política neoliberal, e uma educação superior com acesso à informação perpetuando privilégios e, conseqüentemente, desigualdades. A crítica aqui feita não é sobre a formação técnica em si, é importante salientar. Compreendo o significado do trabalho para aqueles que dele necessitam para sobreviver, inclusive porque sou filha e fruto da classe trabalhadora brasileira. Mas justamente por ter vivenciado o ensino de má qualidade do Estado de São Paulo e, posteriormente, adentrar à Universidade pública é que defendo o direito incondicional de todos terem acesso, não somente ao trabalho, mas à informação, ao conhecimento científico e à emancipação educacional. Não se trata aqui, simplesmente, de descartar o ensino técnico como desnecessário na formação dos jovens, mas defender que os alunos de baixa renda tenham mais possibilidades além de trabalhar em empregos mal remunerados.

4. Considerações Finais: do direito à Geografia

Tal como o direito à habitação, ao trabalho e à educação, consideramos o conhecimento geográfico um direito inalienável de todo e qualquer cidadão. Milton Santos (1987) postula em seus estudos que a cidadania é correlata do espaço, ou seja, a atuação do cidadão em um país, e o que lhe é atribuído. O exercício da cidadania se efetiva pela conscientização política, histórica e geográfica que circunscrevem um país e, conseqüentemente, o território do qual o indivíduo está inserido. Assim, a educação e as suas diversas áreas do conhecimento desempenham um papel central no desenvolvimento integral e humano dos estudantes, sendo por isso as políticas educacionais alvo de grandes disputas. Conforme Santos (1987):

A educação deveria prover todas as pessoas com os meios adequados para que sejam capazes de absorver e criticar a informação, recusando os seus vieses, reclamando contra a sua

fragmentação, exigindo que o noticiário de cada dia não interrompa a sequência dos eventos, de modo que o filme do mundo esteja ao alcance de todos os homens. **O morador-cidadão, e não o proprietário consumidor veria a cidade como um todo**, pedindo que a façam evoluir segundo um plano global e uma lista correspondente de prioridades, em vez de se tornar o egoísta local, defensor de interesses de bairro ou de rua, mais condizentes com o direito fetichista da propriedade que com a dignidade de viver. O leitor teria sua individualidade liberada, para reclamar que, primeiro, o reconheçam como cidadão. (SANTOS, 1987, p. 128/129. Grifo nosso).

Este “ver a cidade como um todo” a qual Santos se refere é ter a ciência de como o espaço é produzido, gerenciado e organizado e, portanto, ter uma leitura completa da realidade. É precisamente neste ponto que a importância do ensino de Geografia se justifica. Sendo a ciência geográfica uma ciência de síntese, que busca relacionar os diversos fenômenos da realidade pelo viés do espaço, representando um saber estratégico e imprescindível para a análise de um território. O homem é um agente poderoso modificador da superfície terrestre, sendo influenciado pelo meio e concomitantemente modificando-o conforme suas necessidades. A Geografia se preocupa em compreender a relação existente entre a sociedade e natureza, entre o homem e o meio, e por fim explicar as particularidades do lugar de acordo com os agentes que os produziram. A Geografia busca incessantemente olhar para o mundo e se perguntar: Por que as coisas estão onde elas estão? Quais fatores fizeram com que a realidade que nos foi apresentada seja esta e não aquela? Por que há desigualdade entre os lugares? Como elas surgiram e quem as produziu? Todas as perguntas tem uma resposta em comum que é modo como as sociedades se organizaram no decorrer do tempo histórico modificando a superfície terrestre e como esse processo de alteração da natureza ainda está em curso, em uma complexidade permanentemente em mutação.

Tudo o que existe está circunscrito em um tempo e espaço específico, sendo a localização das coisas constituídas não de modo aleatório, mas obedecendo a um motivo. Não há indivíduo a-espacial e a-histórico. Assim, todos nós carregamos uma Geografia que nos constitui e ter ciência disso é direito fundamental da cidadania. Isso é sobre saber qual é o seu papel no mundo e de que modo podemos intervir para alterar a realidade, já que somos fruto dessa relação e consequentemente

agentes, tal como dizia Santos (1987). Compreendemos a Geografia como categoria de existência, por isso é indispensável seu saber disciplinar, necessário para o ter o entendimento da dinâmica das relações.

As origens dessa ciência e de seu ensino escolar estão ligadas às práticas do Estado e da sua necessidade de constituir uma nação que se identificasse como parte de um território, conforme nos demonstra Lacoste (1988). O autor aponta como o conhecimento geográfico de um lugar significa ter o poder sobre a área e de que modo a análise geográfica foi utilizada para fins militares na disputa e conquista de territórios.

A geografia é, de início, um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares e são tais práticas que exigem o conjunto articulado de informações extremamente variadas, heteróclitas à primeira vista, das quais não se pode compreender a razão de ser e a importância, se não se enquadra no bem fundamentado das abordagens do Saber pelo Saber. São tais práticas estratégicas que fazem com que a geografia se torne necessária, ao Chefe Supremo, àqueles que são os donos dos aparelhos do Estado. Trata-se de fato de uma ciência? Pouco importa, em última análise: a questão não é essencial, desde que se tome consciência de que a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço, que é a geografia, é um saber estratégico, um poder. (LACOSTE, 1988, p. 23)

Não se trata meramente de um estudo decorativo sobre alguns aspectos físicos e políticos dos países, como acontece frequentemente na prática escolar. Mas é, como aponta Lacoste, um saber estratégico que se encontra na mão de poucos e aqueles que detém tal conhecimento compreendem melhor o mundo em que vivem escolhendo conscientemente como agir diante disso. A questão não está em saber de tudo, até porque isso seria humanamente impossível, mas aprender a relacionar os fenômenos apresentando uma leitura integral da realidade. Em última instância é essa a finalidade do ensino de geografia: fazer com que os estudantes consigam desenvolver um raciocínio geográfico sobre o mundo, mas mais especificamente sobre o seu país, compreendendo os processos de formação e alteração do espaço e, assim, sabendo identificar qual parte desta grande complexidade lhe cabe enquanto agente de transformação. Por isso consideramos que a ausência ou empobrecimento do conhecimento geográfico no ensino básico é uma faceta ideológica do capitalismo e do Estado.

Mas a geografia não serve somente para sustentar, na onda de seus conceitos, qualquer tese política, indiscriminadamente. Na verdade, **a função ideológica essencial do discurso da geografia escolar e universitária foi sobretudo a de mascarar por procedimentos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço**, sobretudo para a condução da guerra, como ainda para a organização do Estado e prática do poder. E sobretudo quando ele parece "inútil" que o discurso geográfico exerce a função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus objetivos "neutros" e "inocentes" parece supérflua. A sutileza foi a de ter passado um saber estratégico militar e político como se fosse um discurso pedagógico ou científico perfeitamente inofensivo. Nós veremos que as consequências desta mistificação são graves. E o porquê de ser particularmente importante afirmar que a geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, isto é, desmascarar uma de suas funções estratégicas essenciais e desmontar os subterfúgios que a fazem passar por simplória e inútil. (LACOSTE, 1988, p.25. Grifo nosso).

Mas como pensar a defesa do ensino de Geografia e o direito de aprender diante desse cenário de políticas públicas que visam destruir a educação básica? De que modo defender a educação plena dos estudantes quando há uma série de reformas em curso que precarizam o trabalho docente e distanciam ainda mais a escola pública do seu dever com o ensino de qualidade? Como superar o ciclo vicioso nas políticas educacionais que formam cidadãos mutilados? Não há respostas prontas e este trabalho não tem a menor pretensão de ser uma. Trazemos mais dúvidas do que certezas, mais angústias do que consolos. A Geografia por si, como um dado da realidade, nunca irá desaparecer. Resta-nos lutar para que seu ensino chegue a todos, não sendo seu conhecimento científico um privilégio e sim um direito básico. A escola pública, permeada por paixões e contradições, ainda continua sendo o lugar das possibilidades. A sala de aula permanece sendo o lugar que mais carece da nossa atenção e esforço, onde ainda é possível fazer da educação uma ferramenta de transformação da realidade.

Assim, crentes de que a esperança se conquista através da luta diária pela educação pública e a qualidade do ensino de geografia, encerramos este trabalho com as palavras de Ruy Moreira:

A geografia é um saber vivido e apreendido pela própria vivência. Um saber que nos põe em contato direto com nosso mundo exterior, com o seu todo e com cada um de seus elementos, a um só tempo. Se nisto reside sua peculiaridade, da qual deriva sua natural popularidade, reside nisto igualmente seu amplo significado político. (MOREIRA, 2012, p. 94)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOTTA, Vânia C. da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória n.º746/2016 (lei n.º13.415/2017). Educação e Sociedade. Vol.38. n.º 139, Campinas, abr/jun. 2017, p.355-372.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CURRÍCULO INTEGRADO, ENSINO MÉDIO TÉCNICO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ENTREVISTA COM GAUDÊNCIO FRIGOTTO. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.15, n.3, p. 871 –884 jul./set.2017e-ISSN: 1809-3876.Programa de Pós-graduação Educação: Currículo –PUC/SP. Disponível em <<https://www.redalyc.org/html/766/76652988015>>

PINTO, J. M. de R. O ensino médio. IN: OLIVEIRA, R. M.; ADRIÃO, T. (orgs). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo, Xamã, 2007, p.47-72.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. A nova razão do mundo, : ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

SILVA, Monica Ribeiro da. Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória no 746/2016. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n.º. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017

MOURA, Henrique Dante e FILHO, Domingos Leite Lima. A Reforma do ensino médio: Regressão de direitos sociais. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017.

WANDER, Augusto Silva. Evasão escolar no Ensino Médio no Brasil. Educação em Foco, ano 19 - n. 29 - set/dez. 2016 - p. 13-34.

TAIRA, Lincoln. TECNOLOGIA E PODER: A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA EM SÃO PAULO (1911/1990). Projeto História, São Paulo, n.34, p. 147-167 , jun. 2007.

CALSAN, Eduardo. A (DES)CONSTRUÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NAS ESCOLAS TÉCNICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO A PARTIR DA LDB E DECRETO-LEI 2208/97. 2011.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo, EDUSP, 7ª edição, 2014, p.176.

LACOSTE, YVES. A Geografia- Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Papirus, 1988, p. 240.

MOREIRA, RUY. O que é a Geografia. São Paulo, Brasiliense, 2012.

ANEXOS

Anexo A- Convite para os diretores das Etec participarem do curso de formação sobre o novo Ensino Médio



Prezado Diretor!

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar do Curso: Ensino Médio - Novos Desafios.

Este curso tem por objetivo discutir a proposta e capacitar a equipe escolar sobre a nova realidade apontada pela legislação da Educação Básica.

Além disso, discutir sobre o perfil dos estudantes do Ensino Médio, que desafiam as escolas a tornar o processo de ensino e de aprendizagem dinâmicos e interessantes.

Esse é um momento para reforçar nossa missão de formar para a vida, para o mundo do trabalho e ainda incentivá-los a continuar os estudos.

Entre os dias 18 de outubro e 18 de novembro, os questionários devem ser aplicados e respondidos. Para facilitar esse processo, reuniões para explicar a razão da aplicação dos questionários, deverão ser realizadas com representantes de pais, alunos e dos professores.

Para acesso aos links, o endereço deve ser digitado na barra de endereços do navegador:

Docentes: <http://gg.gg/cps-docente>
Pais: <http://gg.gg/cps-responsavel>
Alunos: <http://gg.gg/cps-aluno>

A metodologia adotada para esta proposta consiste em 20 horas de atividades, compostas por 01 encontro presencial, com 04 horas de duração e 16 horas de atividades a distância.

O encontro presencial acontecerá no Centro de Capacitação do Centro Paula Souza, rua General Couto de Magalhães, 145 - Santa Ifigênia - Auditório Verde, das 09 às 13 horas.

Palestrantes:

- Profa. Dra. Nora Krawczyk (Faculdade de Educação da Unicamp)
- Profa. Dra. Dirce Zan (Faculdade de Educação da Unicamp)
- Prof. Almério Melquíades de Araújo (Centro Paula Souza)



Cetec
Capacitações

CPS
Centro Paula Souza

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Anexo B- Entrevistas

Estudante 1: 16 anos, fez o ensino fundamental em escola privada.

Maria Luiza: O que você pensa sobre a Reforma do Ensino Médio?

Estudante 1: Acho que não deveriam tirar matérias que são importantes para conhecer o nosso passado, principalmente história... é uma matéria que nos ajuda a descobrir mais sobre o passado além de descobrir mais sobre a gente.

Estudante 2: 16 anos, fez o ensino fundamental em escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a Reforma do Ensino Médio?

Estudante 2: Essa como algumas outras mudanças não são tão benefícios para o aluno... estão procurando tirar matérias que são relacionadas a humanas e deixar mais exatas... Eu não concordo muito com isso.

Estudantes 3: 15 anos, fez o ensino fundamental em escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a Reforma do Ensino Médio?

Estudante 3: Eu acredito que não é uma coisa tão positiva. Pensando de modo geral nas escolas públicas nós não temos um ensino tão bom, então ao invés de quererem tirar matérias deveriam investir para que os alunos aprendessem melhor o que eles já tem. Para fazer uma mudança deveria melhorar o que a gente já tem... as matérias que querem tirar são muito importantes, todas essas matérias fazem com que a gente tenha conhecimento como cidadão.... Geografia, história, tudo isso é importante pra gente entender a nossa posição perante a nossa sociedade. As matérias de humanas são triviais pq elas nos tornam mais pensadores... Sem a filosofia não teria existido a ciência.

Estudante 4: 15 anos, fez o ensino fundamental em escola privada.

M.L.: O que você pensa sobre a Reforma do Ensino Médio?

Estudante 4: É muito ruim porque se não tiver na escola a gente vai ter que pagar pra aprender (se referindo ao fato de que os vestibulares cobram esse conteúdo).

Estudante 5: 15 anos, fez o ensino fundamental em escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 5: Estão cortando matérias que são essenciais pro nosso futuro, que são do nosso dia a dia, que nos ajudam a viver em sociedade... essa falta de estudo é uma falta de conhecimento.

Estudante 6: 16 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 6: A escola não tem estrutura para receber essa reforma....e os próprios alunos não querem essa mudança, então a gente vê uma falta de comunicação entre a gestão da educação e a própria educação. (Participou de reuniões de alunos na escola para discutir a reforma).

Estudante 7: 15 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 7: O governo já não oferece tanta coisa, aqui na ETEC não... Mas eu falo com meus amigos é muito diferente o que a gente vive aqui e o que eles vivem lá é tipo...Imagina uma escola onde não tem tantos recursos disponíveis e o governo ainda tirar algumas matérias que são cobradas no vestibular... É meio injusto. Tipo tirar o que a gente já não tem muito.

Estudante 8: 15 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 8: Isso tira tanto da formação quanto com relação ao ENEM porque ela *[a pessoa]* não vai ter conhecimento total daquele conteúdo que ela não teve no ensino médio.

Estudante 9: 15 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 9: A educação aqui é bem melhor, eu falo com meus amigos de outra escola e a educação lá é mais básica e isso acaba prejudicando quem não vai fazer cursinho.

Estudante 10: 15 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 10: Bom, eu vou falar por experiência própria, minha mãe é professora e ela mesmo diz ... o desemprego também vai aumentar é uma coisa que é preocupante em qualquer área, onde o sociólogo vai trabalhar? Então acho que de nenhuma forma está melhorando o Brasil só está dando um déficit na educação.. então eu acho que essa ideia de retirar as coisas não vale a pena.

Estudante 11: 15 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 11: Acho um plano ruim, porque pelo que eu vi é como se o aluno pudesse escolher as matérias que ele quer ver e é importante ter todas as matérias do currículo, do componente escolar.

Estudante 12: 15 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 15: Tem gente que menospreza muitas matérias , tipo filosofia, sociologia, geografia... são deixadas de lado... muita gente não sabe que precisa.

Estudante 13: 16 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 13: Não acho que essa reforma vai ser uma coisa boa, todas as matérias são importantes independente da área que você vai seguir no futuro.

Estudante 14: 16 anos, escola privada.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 14: Eu descobri que mais pra frente vão tirar essa modalidade de ensino médio regular e a gente que precisa ajudar em casa, vai fazer como? Acho que eles deveriam escutar mais os alunos ao invés de só pensar em gastos.

Estudante 15: 16 anos, escola privada.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 15: Eu acho que antes de fazer qualquer mudança no ensino deveriam pensar em ter uma infraestrutura melhor... O ensino vai cair também.

Estudante 16: 16 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 16: Falaram para gente que nós somos praticamente a última turma que vai fazer só o Ensino Médio, então somos privilegiados, as outras turmas vão ter que fazer o técnico das 7:30 até as 14 horas.... eu fiquei realmente chocada porque eu teria que largar o meu emprego.

Estudante 17: 16 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 17: Qualquer mudança é relevante na educação porque a educação é a base da sociedade, então qualquer decisão que se vai se tomar em relação a isso tem que tomar muito cuidado... Eu acho que é relativo, tem os seus prós e os contras...Aí tem que ver o que pesa mais. Acho que pesa mais os prós, eu acho.... Não sei.... Acho boa a parte de se especializar mais em uma área que eu quero seguir.

Estudante 18: 16 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 18: Eu acho que a partir do momento que você decide cortar matérias que são primordiais para o nosso crescimento e que são exigidas em qualquer grande empresa... Acho que eles tão pensando muito mais em criar profissionais do que seres humanos, então quando eles cortam matérias que fazem a gente pensar sobre

a nossa sociedade na minha opinião está tentando nos cegar... Não querem pessoas que debatam o que está acontecendo no dia a dia.

Estudante 19: 17 anos, escola privada.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 19: No vestibular eles vão te cobrar todas as matérias e tem gente que não vai saber. Essa mudança vai fazer uma reforma muito brusca e prejudicar muitos alunos.

Estudante 20: 18 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 20: Não tenho opinião sobre.

Estudante 21: 18 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 21: Com esse corte da carga horária das humanas eles acabam criando pessoas alienadas que não vão saber o que tá acontecendo e comparar com o que era antigamente. Eles estão impondo uma coisa sem realmente as pessoas saberem o que ela significa.

Estudante 22: 16 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 22: É uma coisa que não é muito bem pensada... A escola de onde eu venho já não tem professor, imagina com algumas matérias sendo consideradas menos importantes quando só uma parte da escola, por exemplo, vai querer ter artes... Eu nunca cheguei a ter aula de artes! Os alunos já acham artes inútil e aí menos alunos vão passar a querer fazer ela e a escola não vai se preocupar em ter professor. É preciso ter consciência da importância dessas matérias e investir mais na educação e não querer economizar.

Estudante 23: 15 anos, escola privada.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 23: A importância das ciências humanas abrange o movimento de cada cidadão. A gente não tem nem o básico direito, que é português e matemática, imagina com a reforma. A escola não vai conseguir atender a todos... Já não tem e aí vai ter menos ainda. Tem escola que pode funcionar, tem escola que não.

Estudante 24: 17 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 24: Para sociedade funcionar as pessoas precisam entender história, geografia... Teve um professor que me disse uma frase uma vez "Quando um país não conhece a sua história ele está propenso a repeti-la" e eu acredito nisso.

Estudante 25: 17 anos, escola privada.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 25: Eu não gosto porque ela corta muito da grade do ensino normal. Eu aprecio muito as matérias de humanas e acho elas muito necessárias. As matérias de humanas fazem as pessoas terem um pensamento crítico. Isso é importante.

Estudante 26: 16 anos, escola privada.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 26: As matérias fazem a gente ter uma opinião sobre o mundo. Muito dessa reforma é por uma questão de gastos... A educação é vista como uma gasto.

Estudante 27: 15 anos, escola privada.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 27: (Não quis opinar)

Estudante 28: 15 anos, escola público.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 28: Acho que independente da profissão a gente necessita de matérias comuns. Um engenheiro não tem que saber só cálculo. Os vestibulares eles sempre mantêm um nível e tirando essas matérias eles tiram a oportunidade das classes mais baixas a ingressar nas Universidades. A escola particular vai ter condições de manter as aulas normais. As provas continuam a mesma mas o ensino vai ser diferente.

Estudante 29: 17 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 29: Vai mais pro lado social do que profissional. Se uma sociedade for educada corretamente com matérias como sociologia a gente consegue ter um desenvolvimento muito maior. Eles estão tão preocupados com um ensino técnico que estão esquecendo da base, não tem como aprender com essa redução de carga horária.

Estudante 30: 16 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 30: Eu acredito que tirar essas matérias você tira uma noção do indivíduo da sociedade como um todo. Eles deviam tentar garantir que os alunos de escola pública tenham essas aulas aí sim a gente iria avançar. A gente precisava ter também ética, matéria sobre legislação.

Estudante 31: 17 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 31: Sou contra porque existe um motivo pra essas matérias estarem ali. Isso vai deixar um vácuo, as matérias que querem tirar se complementam.

Estudante 32: 16 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 32: O certo é termos matérias que nos formam como seres humanos. Ano passado a gente tinha artes, agora não temos mais. História se ligava muito com artes porque aprendíamos uma pintura com um momento histórico. As matérias que eles querem tirar são matérias que nos fazem ter opinião.

Estudante 33: 16 anos, escola privada.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 33: Eu acho que é difícil de falar porque está no começo... Quer formar a sociedade um robô? As humanas fazem a gente pensar. Na propaganda eles falam que a maioria das pessoas aprova a reforma. Quem respondeu essa pesquisa? Eu não conheço.

Estudante 34: 18 anos, escola pública.

M.L.: O que você pensa sobre a reforma do Ensino Médio?

Estudante 34: Acredito que precisa de uma reforma mas não essa, precisa ser discutido com as pessoas que estão em sala de aula, com os alunos e com os professores... Isso deveria ser conversado e não poucas pessoas decidirem o destino da educação no país todo.